

## ACTA Nº 14

Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e treze, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Esta reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho Pedagógico, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações
- 2- Balanço das reuniões com direções de curso
- 3- Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Mafalda Gomes, Anabela Lopes, Carla Vieira, Sandra Pereira, António Belo, João Abreu, Jorge Trindade, Lucília Justino, Ana Teresa Machado; Sandra Miranda, Jorge Souto, Filipa Subtil, Ismael Jesus, Ana Constantino, Catarina Pereira, Carlos Sousa, João Andrade, Pedro Esteves e Tiago Nascimento.

Não estiveram presentes os conselheiros, André Sendin, Maria José Mata, Cristiano Correia, Inês Santos e Liliana Marques que justificaram a sua falta, e Alberto Conceição, Cátia Borrego, Filomena Borges e Ângela Sarmento que não justificaram a sua falta.

Relativamente ao ponto 1, foi dada a informação que o relatório final da comissão de avaliação da A3ES que visitou a ESCS no âmbito da avaliação das licenciaturas de PM e RPCE e dos mestrados de GERP e PM só seria conhecido em Abril.

Foi ainda dada a informação que o relatório do Gabinete de Gestão da Qualidade da ESCS estava quase concluído e que seria discutido na próxima reunião do Conselho Pedagógico, ficando em aberto a possibilidade desta reunião ser aberta a toda a comunidade da ESCS.

Relativamente ao ponto 2, o presidente informou que tal como aprovado na última reunião do Conselho Pedagógico, e na sequência da sobrecarga de avaliações no final do 1º semestre que se verificou em algumas situações, foram realizadas reuniões com as direções de curso com o objetivo de analisar e prevenir a eventual ocorrência de situações semelhantes neste semestre. Do conjunto destas reuniões concluiu-se que a perspetiva de uma acumulação de avaliações no final do semestre não era uma situação generalizada, ainda assim foram apontadas algumas situações em que tal poderá ocorrer, sobretudo no 6º semestre de algumas licenciaturas.

Também foram referidas algumas situações de desequilíbrio face aos ECTS das UC e o trabalho nelas exigido, por exemplo UC's que têm os mesmos ECTS que as restantes e incluem nas suas avaliações um conjunto de trabalhos muito superior.

Assim, não havendo uma situação generalizada preocupante, foram detetadas algumas situações que suscitam preocupação, quer neste semestre quer no anterior. Para procurar superar estas dificuldades foi posta à votação a seguinte proposta:

1. Analisar o regulamento de avaliação, bem como a avaliação praticada em diversas UC no sentido de, até final do ano letivo propor as alterações tidas como necessárias para uma maior eficácia da avaliação realizada na ESCS.  
Nomeadamente, clarificar o conceito de avaliação contínua ou avaliar a necessidade de introduzir algum outro tipo de avaliação, por exemplo avaliação por frequências.
2. Relativamente ao presente ano letivo, e na medida em que o semestre já está a decorrer não deve ser tomada nenhuma medida de carácter obrigatório que altere o atual regulamento ou a avaliação já definida nas UC. Ainda assim, e dado que foram detetadas potenciais situações problemáticas, propõe-se:
  - 2.1 – Na medida do possível, se evitem frequências nas duas últimas semanas de aulas;
  - 2.2 Em determinados semestres dos planos de estudo dos cursos, em que se verifique uma sobrecarga de avaliações, o diretor de curso possa propor que algumas frequências marcadas para esse período possam ser realizadas na primeira semana da época normal de exames;
  - 2.3 No caso dos mestrados, atendendo a que não haverá exames de época normal para os alunos em avaliação contínua, o prazo de entrega de trabalhos se possa estender para além da última semana de aulas.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

No terceiro ponto da ordem de trabalho o Conselheiro Ismael Jesus colocou a questão de um colega que tinha tentado fazer um requerimento nos serviços académico sobre um problema de exames relacionado com ir em mobilidade Erasmus.

Relativamente ao requerimento foi esclarecido que deve ter havido algum mal entendido porque um requerimento não pode ser recusado. No entanto, foi também esclarecido que as questões relacionadas com o programa Erasmus devem primeiro ser esclarecidas com o coordenador Erasmus do respetivo curso.

Ainda no âmbito desta questão foi colocada a questão da equiparação dos alunos em Erasmus a trabalhadores estudantes. Na reunião foi dito que essa equiparação não se verificava, contudo o conselheiro Jorge Trindade posteriormente enviou o documento em que esta

equiparação é referida, mas apenas para acesso à época especial de exames.  
([http://www.escs.ipl.pt/pdfs/experimental/intercambio/atraves\\_do\\_programa\\_LLIP.pdf](http://www.escs.ipl.pt/pdfs/experimental/intercambio/atraves_do_programa_LLIP.pdf))

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 13 de fevereiro de 2013

**O PRESIDENTE CONSELHO PEDAGÓGICO**

(António José da Cruz Belo)